



**GOVERNO QUER CONTAMINAR ESTADOS COM SUA CRISE,
DIZ CAIADO SOBRE PACOTE DO ICMS**

pág.02

**HÁ MOTIVOS SUFICIENTES PARA
TCU REPROVAR CONTAS DE
DILMA, DIZ JOSÉ AGRIPINO**

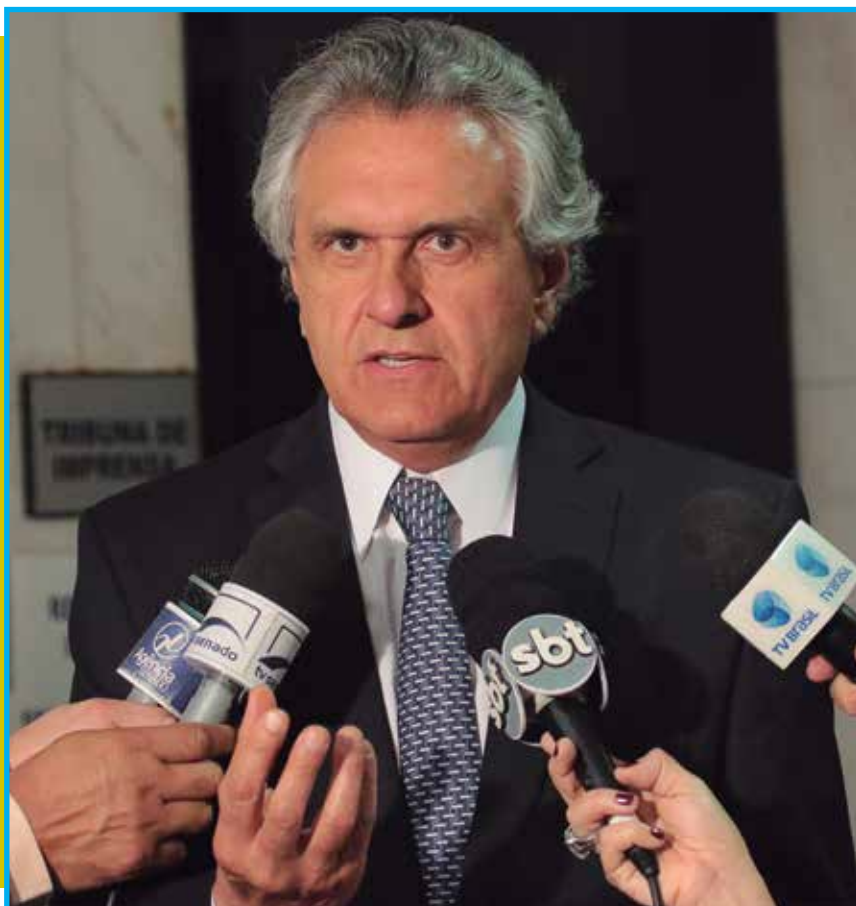
pág.03

**CAIADO COMEMORA
REGULAMENTAÇÃO DE
ATIVIDADE POLÍTICA EM
PERÍODO PRÉ-ELEITORAL**

pág.04



GOVERNO QUER CONTAMINAR ESTADOS COM SUA CRISE, DIZ CAIADO SOBRE PACOTE DO ICMS



“Essa atitude ameaça 400 mil empregos em Goiás, conforme documentos que recebi da Adial, Fieg e outras entidades. Depois de ouvir minha assessoria técnica, não vou cair em outro conto do vigário como foi a CPMF “para a saúde” e a Lei Kandir. Vou Manter o debate e o diálogo aberto para achar uma alternativa viável para os estados em desenvolvimento, entre eles, Goiás”

O líder do Democratas no Senado, Ronaldo Caiado (GO), repudiou a proposta governista de votar um pacote do ICMS em apenas dois dias. Para o parlamentar, é absurdo apreciar de uma só vez um conjunto de medidas que vão penalizar estados com a situação fiscal bastante complicada. Na visão do senador goiano, o governo está transferindo parte de sua crise para as unidades da federação ao querer aprovar projetos que criam supostos fundos de compensação para as perdas do ICMS com a repatriação de recursos de forma genérica sem a definição de quanto seria destinado aos estados prejudicados.

“O governo quer mais uma vez tratorar e votar de hoje para amanhã o pacote do ICMS. Querem votar de uma só vez a resolução que unifica o ICMS e os projetos que criam os fundos de compensação com a repatriação de recursos. A verdade é que o governo quer contaminar os estados com sua crise. Quer garantir mais recursos sem definir quanto nem quando viria para os estados. Vai penalizar os estados que estão com o caixa mais apertado”, opinou Caiado ao se referir a Resolução 1/2013 que unifica as alíquotas de ICMS em todo o país, ao PLS 298/2015, que regulari-

za a repatriação de recursos de brasileiros que não pagaram imposto no país e da MP 368/2015 que institui os fundos de compensação das perdas do ICMS.

Segundo o líder democrata, não é possível contar com um projeto genérico quando empregos estão em jogo. Ele lembra que Goiás é um dos estados prejudicados, junto com Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas. “Hipoteticamente, seriam R\$ 20 bilhões pela repatriação. Hipoteticamente fecham-se indústrias e reduzem-se empregos? Não vamos permitir isso! Se quiserem fazer a tramitação correta com discussão na CCJ, a gente discute. O correto seria discutirmos uma PEC fixando o valor que viria para o fundo de compensação dos estados. Aí, discutimos a resolução do ICMS”, argumentou.

“Essa atitude ameaça 400 mil empregos em Goiás, conforme documentos que recebi da Adial, Fieg e outras entidades. Depois de ouvir minha assessoria técnica, não vou cair em outro conto do vigário como foi a CPMF “para a saúde” e a Lei Kandir. Vou Manter o debate e o diálogo aberto para achar uma alternativa viável para os estados em desenvolvimento, entre eles, Goiás”, disse.



JOSÉ AGRIPINO DIZ QUE HÁ MOTIVOS SUFICIENTES PARA TCU REPROVAR CONTAS DE DILMA

“Se a questão for técnica, como tem que ser, as contas da presidente vão ser rejeitadas não só pelas ‘pedaladas’ como pelo não contingenciamento de despesas, que foi uma afronta direta à Constituição. Dois trimestres em desequilíbrio fiscal e não houve nenhum decreto, nenhuma atitude. Pelo contrário, houve um estouro bilionário de gastos nas contas públicas do país”



O presidente nacional do Democratas, José Agripino (RN), disse que, ao sugerir que o julgamento das contas da presidente Dilma Rousseff de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) tem o viés político, o governo federal constrange não somente a corte como toda a população brasileira. Segundo o parlamentar pelo Rio Grande do Norte, levando em consideração apenas questões técnicas – e não políticas –, há motivos suficientes para o órgão reprovar a prestação de contas da chefe do Executivo por conta das “pedaladas fiscais”.

“Se a questão for técnica, como tem que ser, as contas da presidente vão ser rejeitadas não só pelas ‘pedaladas’ como pelo não contingenciamento de despesas, que foi uma afronta direta à Constituição. Dois trimestres em desequilíbrio fiscal e não houve nenhum decreto, nenhuma atitude. Pelo contrário, houve um estouro bilionário de gastos nas contas públicas do país”, criticou Agripino.

Para tentar evitar a reprovação das contas de 2014 no TCU, e conseqüentemente no Congresso Nacional,

ministros da presidente Dilma Rousseff têm afirmado que o governo está seguindo entendimento do próprio TCU para convencer os ministros da corte e as lideranças parlamentares de que as pedaladas fiscais em despesas obrigatórias têm sido corrigidas em 2015.

Dilma Rousseff tem até o dia 21 de julho para entregar formalmente sua defesa ao Tribunal de Contas. A presidente tem se reunido com seu conselho político no Palácio do Planalto e escalou ministros para falar diretamente com jornalistas. A missão é repetir a defesa do governo, acusado de ter cometido crime de responsabilidade fiscal.

“Não acredito que o TCU vá julgar politicamente uma matéria que pode fazer má escola de gestão na República Federativa do Brasil. Agora, se o governo vai tentar operar politicamente o TCU, causando constrangimentos à corte, isso é da conta dos que falam pelo governo. O tribunal, do ponto de vista técnico, tem razões de sobra para, observado o relatório do ministro Augusto Nardes, votar pela rejeição com dados técnicos inquestionáveis”, acredita Agripino.

CAIADO COMEMORA REGULAMENTAÇÃO DE ATIVIDADE POLÍTICA EM PERÍODO PRÉ-ELEITORAL

"Não faz o menor sentido a lei como está em que o candidato se comporta como candidato, se manifesta como candidato, viaja como candidato mas não pode se declarar candidato. Esse projeto atualiza isso inclusive citando nominalmente as redes sociais, que é onde o debate político tem acontecido com sucesso"



O líder do Democratas no Senado Federal, Ronaldo Caiado (GO), manifestou apoio ao projeto de lei aprovado na Comissão de Reforma Política, nessa terça-feira (14/07), que regulamenta atividades políticas em período pré-eleitoral.

O projeto de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR) corrige uma incoerência contida na Lei Eleitoral (Lei 9.504/98) que proibia políticos de se manifestarem candidatos em meses que antecedem o início do período previsto Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Não faz o menor sentido a lei como está em que o candidato se comporta como candidato, se manifesta

como candidato, viaja como candidato mas não pode se declarar candidato. Esse projeto atualiza isso inclusive citando nominalmente as redes sociais, que é onde o debate político tem acontecido com sucesso", comentou Caiado.

A lei altera os incisos III, V, VI e VII do Artigo 36 da Lei Eleitoral, que permite a realização de prévias partidárias; a distribuição de material informativo; a divulgação de posicionamento político, inclusive em redes sociais; e a distribuição de material com ideias e propostas e reuniões políticas. Fica vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão.



Expediente:

www.senadores.democratas.org.br

Líder: Senador Ronaldo Caiado (GO)

Assessoria de Comunicação

Coordenação: Tony Carlo

Textos e edição: Felipe Campos e Laila Muniz

Rádio e Vídeo: Gustavo Oliveira, Umberto Pinheiro e Sidney Lins Jr.

Diagramação e fotografia: Sidney Lins Jr.

Telefone

(61) 3303-4831

e-mail

demsenado@gmail.com



Liderança do Democratas Senado



@senadoDEM



www.flickr.com/photos/liderancadodemocratassenado



@senadodem



www.youtube.com/lidsenado